

VI – Lenta, gradual e insegura

Fernando Henrique Cardoso
Eduardo P. Graeff (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. Lenta, gradual e insegura. In: *Perspectivas*: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 66-82. ISBN: 978-85-99662-67-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

VI

LENTA, GRADUAL E INSEGURA

O PASSO POLÍTICO³¹

O Brasil está crescendo, se desenvolvendo. Igual ao que se está dando nos Estados Unidos. Não é o desenvolvimento lento e progressivo da Europa. O capital nasce aqui sob a forma oligopólica, com grandes unidades de produção e grandes empresas. Mas não se homogeneiza essa sociedade como a norte-americana. E não há um breque possível nesse tipo de desenvolvimento num prazo previsível.

E em termos de civilização?

- Aí é outra coisa. Pode ser que haja uma decadência da civilização, uma hecatombe, uma ruptura ecológica. Não havendo grandes opções desse gênero, num prazo previsível, uma década ou duas, eu não vejo nenhuma força de contenção. Pelo contrário. Vamos crescer ainda mais no Brasil. Não podemos nos esquecer de nosso tamanho territorial, essa base física. Quantos países têm, como o Brasil, uma fronteira agrícola em expansão? Isso é um amortecedor das pressões sociais. No século 19, a Europa botou para fora 60 milhões de pessoas. Aqui temos uma super-exploração de um lado e simultaneamente o que há de mais avançado. E muita fronteira disponível. E eu pergunto: o que é uma teoria política para isso tudo? Para o povo? Que povo? O do Nordeste? O da Amazônia? Como juntar às aspirações de todo mundo num só projeto?

Como crescer nesse contexto?

- Há um processo de crescimento, por mais cruel que ele seja. No governo Médici houve mortalidade infantil, contenção salarial e tudo mais, mas isso não impediu que houvesse mobilidade social. Então você tem ao mesmo tempo mobilidade e exploração. Você tem uma classe média que consome, uma expectativa de consumo em certos segmentos da classe popular e muita miséria do outro lado. Você falou em fracasso da nossa geração. Eu acho que pelo menos intelectualmente nós entendemos o que está acontecendo. Tínhamos mitos na cabeça. Mas a única maneira de desmistificar é entender o que está acontecendo. O que está havendo aqui é o desenvolvimento sob a forma oligopólica do capitalismo. O que significa: grande unidade de produção e o Estado. Não existe capitalismo oligopólico sem que o Estado esteja metido no próprio coração do crescimento. Daí, essa briga entre o setor privado e o setor público, que a meu ver é um pouco falsa. Ela é verdadeira por um ângulo, o daqueles que são eliminados, mas os outros sabem que sem o Estado não vão para a frente.

E como mudar as coisas?

-Numa sociedade de base oligopólica, você não pode dar as costas para o Estado e para a política. Daí a importância dos partidos políticos. Daí o perigo do preconceito anti-partido. Aqueles que pensam que só têm de olhar para a base da sociedade. Isso pode deslocar a luta de sua arena, que é o Estado.

Quais os benefícios e malefícios da Revolução de 64, nesse aspecto?

- Eu não falaria em benefícios. Mas ela acelerou as transformações econômicas. Acelerou o crescimento que já era tendencial. As grandes linhas de desenvolvimento não foram feitas em 64, mas antes, com Getúlio, Juscelino e por aí fora. É preciso um pouco mais de perspectiva histórica para saber o que realmente ocorreu. Mas é óbvio que eles souberam pilotar no sentido do desenvolvimento. Esse crescimento é baseado no oligopólio, na exploração do trabalho e na concentração de rendas. Mas, o mal, mesmo, foi a revolução não ter, em certos momentos, cortado os nós górdios, ou seja, foi reposto todo o sistema autoritário

³¹ Da entrevista a Jorge Cunha Lima, *Status*, fevereiro de 1978.

tradicional. Nenhum passo foi dado, não digo no sentido da esquerda, do socialismo, mas não foi dado um passo sequer no sentido da modernização capitalista dentro da sociedade. A estrutura da propriedade agrária não foi mexida. A estrutura de fixação de impostos não foi mexida. Os privilégios foram reproduzidos numa escala ampliada. Não houve um esforço consistente no sentido de elevar o piso da sociedade.

- Por isso, não resolveram o sistema político. Fizeram uma montagem do estilo tradicional. A versão nova do “bico de pena”. Tudo vem de cima para baixo, como na República Velha. Estamos na República oligárquica, só que essa oligarquia agora é composta de plutocratas, dos grandes bancos e de burocratas, unidos na tarefa de deter a marcha da participação popular.

Até que ponto há eficiência nesse processo?

- Eles poderiam criar um partido da ordem estabelecida que seja mais modernizador. Contudo não é ainda o que eles estão fazendo. A montagem ainda não é essa.

E as oposições?

- Também têm que chegar a isso. Têm que formar os partidos contemporâneos para juntar os assalariados, em termos de reivindicações sociais e culturais. E é simultâneo esse negócio. Têm que elaborar uma estratégia de transformação que pegue a classe média, o pessoal do campo e os trabalhadores, que têm reivindicações muito diferentes. Eu não acredito que a teoria tradicional dos partidos resolva isso. A sociedade é muito heterogênea para suportar um partido desse tipo. Ela comporta melhor partidos como o PTB ou o MDB mesmo, que sejam confederações de partidos. Mais elásticos do que rijos, porém não tão frouxos que comportem tudo. Ele tem que se identificar com o partido dos assalariados e não dos poderosos.

Na formulação teórica dos novos partidos não está havendo uma cegueira?

- Imensa, a meu ver. E isso deriva da idéia de que estamos na Europa, e não nessa América contraditória. Imagine que a discussão se faz assim: isso pode ser uma social-democracia ou um partido bolchevique? Nem social-democracia nem bolchevique. Social-democracia supõe a existência de uma burguesia próspera, de um Estado que não esteja controlando os setores importantes do sistema produtivo, com uma classe trabalhadora também ampla e poderosa que possa fazer uma aliança com a burguesia. Não temos nada disso. Por outro lado, como um partido bolchevique? Qual é a classe social que está disposta a suportar esse tipo de transformação rápida de cima para baixo, controlada por um grupo de quadros que tem a noção do que é conceito de classe e do futuro, e que se não for aceito impõe esse conceito pela força?

E qual é a saída, pelo menos teórica, para o impasse?

- Eu acho que só há saída teórica depois que houver saída prática. Isso é que é a tragédia da *intelligentsia*. Será que é possível criar um partido que seja democrático nos seus métodos, e socialista no seu horizonte? Um partido que não venha com a idéia pré-fabricada, mas que esteja disposto a discutir com vários grupos, que aceite a crítica da base da sociedade e das sociedades de base? O que é isso? A primeira questão é discutir como vai ser o Estado. Quem vai controlar esse Estado. De que maneira? Qualquer outra coisa seria um voluntarismo intelectualóide. Dizer: tem que ser confiscado isso e aquilo, é coisa para quem quer falar sozinho. Ninguém vai te apoiar nisso. Nessa teoria, você pode apaziguar a consciência, mas não move uma perna.

DEMOCRACIA LENTA E INSEGURA³²

Durante anos o desencontro das expectativas foi total no Brasil. As oposições esperavam o dia D, quando o regime cairia e seria instaurada a nova ordem democrática. O Sistema sonhava com um autoritarismo estável. Transcorridos 10 anos de AI-5, ele se esborou por caminhos não entrevistados por gregos ou troianos. Nem veio o dia glorioso em que os cravos vermelhos, ou quem sabe as rosas alaranjadas, ornariam nossos peitos arfantes, nem continuamos mergulhados no poço sem fundo de um autoritarismo

³² Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 1979.

envergonhado, mas perverso e sempre crescente.

O AI-5 foi enterrado sem choro nem vela através de uma reforma de tipo “meia sola”. Pior ainda, a reforma foi arrancada de um Congresso de onde dezoito meses antes o líder da oposição, que ousara dizer pela TV o que toda a Nação sabia, fora cassado, e que fora fechado, um ano antes, para sempre promulgadas as reformas do “pacote de abril”.

O presidente da República, vitorioso em suas imposições e na determinação do curso “gradual e lento” das distensões propostas, celebrou na “fala do trono” as benesses de sua dádiva democrática. E ainda por cima passou uma carraspana na Nação; daqui para a frente, se nada der certo, a culpa será dos operários gulosos por mais salários, dos empresários ávidos de créditos e do MDB, se o partido da oposição não “agir responsabilmente”.

Devido à encenação, o País tendeu a minimizar as conseqüências do fim do AI-5. A descrença de tantas promessas frustradas de redemocratização solapa os efeitos políticos possíveis do término de tão famigerado Ato. Um fim tão banal para mal tão grande decepciona e desconcerta. Leva quase todos a minimizar que de fato se abriu no país uma área de incerteza. O regime, todos sabem, não ruiu. Nenhum pai da pátria morreu, como na Espanha. Não temos rei liberal à vista e o novo senhor dos ares, mesmo trocando as lentes verde-garrafa de seus óculos por outras mais acinzentadas, não apaga na memória das gentes a cor de sua sensibilidade. A frase que escapou sobre o povo e os cavalos — mesmo que tivesse sido expressão bonacheirona — cavou fundo na sensibilidade popular o abismo entre o Presidente e o homem comum; pior ainda para o regime e seus donos: as fendas abertas entre empresários e governo, entre as elites culturais e dirigentes do país e o Estado só se aprofundaram nos últimos tempos (basta ver a votação estrondosa do MDB no Centro-Sul). E ainda por cima sobraram os biônicos e as salvaguardas, sem falar na Lei de Segurança Nacional.

Abriu-se assim em maré vazante uma nova conjuntura que deveria ter sido auspiciosa; falta no País a confiabilidade. Democracia lenta, gradual e insegura, porque poucos crêem nela.

Apesar disso, o fim do AI-5 tem conseqüências objetivas. Daqui para a frente a guerra pela democracia passa a ser longa e de desgaste. Como não há mal que sempre dure ou, se preferirem, à la Mao, há males que vêm para o bem, caberá agora à oposição a tarefa de democratizar mesmo. Esvaíram-se as esperanças dos que acreditavam que o governo autoritário pudesse encaminhar um real processo de democratização. Daqui para a frente a aceleração do passado democrático e a segurança da abertura vão depender enormemente das oposições e em particular do MDB. É preciso agir assumindo plenamente que o AI-5 foi mesmo extinto e que a limpeza dos escolhos do autoritarismo deverá ser feita pela sociedade civil, pelo Congresso, pelos tribunais. Ousemos, pois, com seriedade.

O Governo Figueiredo tentará enfrentar a nova conjuntura propondo alianças. Não tanto e não só com o MDB: com a imprensa, com os empresários e, quem sabe, com os sindicatos e a Igreja. Dirá ao MDB que a mão estendida da conciliação é o sinal de esperança de gesto análogo para que seja possível consolidar a democracia. Se a sociedade se deixar enroscar pelo canto de sereia e se o MDB se precipitar celereamente nas bodas de ocasião, celebraremos apenas o muito pouco que foi cedido à Nação, fechando os olhos às questões da anistia, dos biônicos, das eleições diretas, etc.

Não digo que na atual conjuntura as oposições devam proceder como no período do general Médici. Mas a resposta da oposição a acenos tão vazios só pode ser uma: só haverá discussão à base de uma agenda concreta para a redemocratização. Que agenda é essa?

A resposta é simples: a das aspirações nacionais e populares. Eleições diretas para todas as prefeituras e sem prorrogações de mandato, como passo inicial para as eleições diretas para governadores e para a Presidência; liberdade sindical e todas as implicações dela para a determinação dos salários e na regulamentação do conflito social que, numa democracia, exige o respeito ao direito de greve; passos concretos para a anistia, e assim por diante.

A agenda das aspirações populares não se esgota nas questões políticas. As questões econômicas e sociais requerem uma articulação mais clara por parte da oposição, para que possa cobrar com mais firmeza do governo. Não serei exaustivo na matéria porque não cabe mais do que indicar áreas de preocupação, mas a questão número um é a da inflação. Não tem cabimento algum que o governo cobre agora da oposição a solidariedade para assumir a “responsabilidade” de pôr a culpa da inflação nas costas dos trabalhadores. Ela,

no caso atual, não decorre da elevação dos salários (que, pelo contrário, estiveram arrojados), mas da especulação financeira e de tudo que a propiciou, inclusive os mecanismos do mercado de dinheiro que se puseram em prática oficialmente nos últimos anos. Combater a inflação, sim; mas forçar ao mesmo tempo a redistribuição da renda e coibir a especulação financeira, eis o paradoxo a ser enfrentado nas teses da oposição.

Da mesma forma que na questão da inflação, a oposição deverá ter uma palavra a dizer, no diálogo público e nacional, com todas as forças que de um ou de outro modo hão de moldar o futuro do país, sobre a questão energética, sobre as empresas públicas, a dívida externa, etc. E principalmente sobre as políticas com relação à agricultura e ao homem do campo, por um lado, e sobre as grandes questões ambientais e urbanas, por outra parte.

Sem que pelo menos estas questões estejam postas com força pelo MDB e se transformem em parte de seu discurso frente ao governo, qualquer negociação parecerá (e será), cooptação. E, mais grave ainda: não ajudará o país a enfrentar os problemas de base, sem cuja solução, mesmo que se acelere a implantação da democracia, os frutos do engenho político que levarem a ela não serão duradouros.

PARTIDO DOS TRABALHADORES³³

De forma ultra-sintética pode-se dizer que no Brasil o sistema político sempre esteve mais baseado no espelhismo do que na representação. Os laços entre os que falam pelo povo ou por alguma camada social específica e a base raramente (se é que alguma vez) estiveram amarrados a mecanismos institucionais que permitissem o controle do representante pelo representado. Os líderes políticos nacionais (mesmo os que falam pelos trabalhadores, pelos camponeses, etc.) procuram espelhar as posições que eles julgam serem compatíveis com os interesses de suas bases respectivas (e que às vezes são mesmo). Mas é difícil que se possa falar em representação de interesses no sentido da democracia clássica: não se estabelecem os limites da “delegação” recebida, que é sempre suposta como plena e, portanto, não requer consultas às bases para a definição das posições dos representantes no cenário nacional (no Parlamento, na imprensa, no governo; etc.). Os representantes imaginam sempre espelhar, por delegação tácita, na maior parte das vezes, o sentimento e os interesses de seus representados. Essa postura é assumida por líderes autoritários (militares principalmente) que sempre falam em nome das Forças Armadas, do interesse nacional ou do povo. Mas não só por eles: os líderes de massa, os sindicalistas e os políticos de oposição fazem a mesma coisa.

Essa forma de relacionamento político existe mais facilmente em sociedades que são segmentadas. Isto é, em situações sociais nas quais os vários grupos definem seus interesses sem referência ao conjunto da sociedade e sem partidos com propostas ideológicas. Sendo assim, dá-se inclusive o caso de que o mesmo líder possa “espelhar” interesses de grupos distintos: a incomunicação entre os segmentos da sociedade e a enorme liberdade que têm os que recebem a delegação implícita permitem que este comportamento, que em outros tipos de sociedade seria considerado oportunista, seja visto como normal. O caso mais flagrante foi o de Getúlio, que presidiu tanto o PSD quanto o PTB e foi eleito senador pelos dois partidos.

Tanto o espelhismo quanto a segmentação social são fenômenos que coexistem e que dão sustentação às formas de dominação elitista. É por intermédio delas que no plano político se procura dissolver os efeitos negativos de uma situação econômica e social espoliativa que gera pólos de riqueza num contexto de privação e pobreza.

Pois bem, custa a crer, mas é provável que estejamos assistindo aos primeiros sintomas do fim deste sistema secular. Há pouco participei de uma reunião organizada por uma comunidade eclesial de base para discutir o problema do Lixão de Osasco. Apesar das soluções encaminhadas pelo prefeito Guaçu Piteri (que esteve presente à reunião) e do endosso a elas dado pelos vários deputados (de ambos os partidos) de maior votação da área e dos senadores presentes, os líderes locais exigiram que todos explicitássemos a forma pela qual lutávamos pelos objetivos da comunidade e as sanções políticas em que as autoridades (e os representantes do povo) incorreriam se nada acontecesse num prazo definido. Pediram mesmo (no que foram atendidos) que cada parlamentar se comprometesse por escrito com o que estava dizendo.

³³ *Folha de São Paulo*, 28 de janeiro de 1979.

Sinal dos tempos. A delegação implícita e o espelhismo estavam morrendo, na prática, na reunião da Comunidade de Helena Maria, em Osasco. Faltava, contudo, uma visão não-segmentada do interesse popular e do processo político.

Agora são os metalúrgicos reunidos em Lins que se declaram dispostos a organizar um partido de trabalhadores. Para isso não “conchavaram” com os grupos políticos institucionalizados ou com os que pretendem falar novamente em nome dos trabalhadores. Foram explícitos: trata-se de um partido que buscará o apoio dos assalariados amplamente, mas não dos patrões. Mais ainda: sua comissão organizadora será composta por sindicalistas e trabalhadores, mas não por políticos ditos profissionais.

Reparos podem ser feitos quanto à oportunidade da iniciativa, que poderia prejudicar eventualmente a frente de oposições que é o MDB. Lula, entretanto, já retificou: a proposta abre um debate, mas não quer ser fator de implosão do MDB. Os responsáveis pela iniciativa parecem estar conscientes dos riscos de serem usados como massa de manobra dos interesses palacianos que querem dividir as oposições. Haverá um tempo de convivência (pelo que deduzi das declarações do Lula) entre o MDB e a proposta do novo partido. Mesmo porque tanto Benedito Marcílio quanto Ronaldo Cabral, entre outros, disseram que a organização formal do PT supõe a convocação de uma Assembléia Constituinte que redemocratize o País.

Outros reparos poderão ser feitos quanto a que um partido desse tipo, ou fala em nome de uma concepção mais ampla da sociedade que precisamente destrua a segmentação da sociedade brasileira, ou corre o risco de isolamento num “tradeunionismo” que vem com um século de atraso. Mais ainda: pode quebrar a unidade sindical sem conseguir unificar politicamente o povo.

Mas uma coisa é certa: dessa vez pelo menos a proposta de organização partidária não veio de qualquer grupo de notáveis que se auto definiu como representante do povo. Veio de dirigentes sindicais. Eles precisarão, por certo, de tempo para resolver a forma de sua ligação com o resto do sistema político e com as bases operárias e populares (pois podem, sem isso, incorrer em novos “espelhismos”). Mas a iniciativa é um passo adiante em termos de autonomização dos interesses sociais. E precisarão dizer também a que vêm: não basta ser líder sindical; é preciso ter uma proposta política correta em termos dos interesses que se supõem representados.

Diante desse fato parece-me penoso o corre-corre de políticos que querem buscar abrigo novamente na boa vontade dos trabalhadores e que se apressam a despejar manifestações de simpatia e de adesão ao possível futuro partido, confundindo-o com seus interesses políticos. Acho que a posição correta foi assumida pelo Sr. Almino Afonso. Todos sabemos o empenho que ele possui para ajudar à reconstituição do sistema partidário brasileiro. Não obstante, embora saudando com entusiasmo a iniciativa dos metalúrgicos, não se arrogou líder deles nem se dispôs a ser caudatário para pescar em águas turvas. Constatou a importância do fato e advertiu para os cuidados a serem tomados quanto a distinguir entre o debate de novas propostas partidárias e seu desdobramento efetivo para que elas não prejudiquem os interesses nacionais de redemocratização do País.

É essa a meu ver a reação adequada de todos os que crêem que a democratização dependerá de iniciativas enraizadas na base, mas que sabem também que existe uma luta frontal contra o autoritarismo e que, portanto, será necessário mover essas mesmas bases no contexto de uma frente oposicionista unida, que até agora vem sendo representada pelo MDB. Se o processo de redemocratização avançar, é natural que propostas políticas distintas compitam na rearticulação do sistema político. O debate relativo a essas propostas — principalmente quando vindo de fora do circuito das elites tradicionais — é necessário e pode ser útil. O MDB, se quiser continuar a servir de frente articuladora das oposições, deverá reagir construtivamente entendendo o momento e facilitando a reordenação do sistema político através de iniciativas que sejam redemocratizantes, incluindo-se entre essas a quebra das exigências rígidas que ora regem a criação de novos partidos. Mas tudo isso requer da parte dos que apresentam as novas propostas partidárias o sentido de responsabilidade perante os interesses populares. A precipitação e o oportunismo fazem o jogo do governo e não podem ser abrigados na frente oposicionista. O pensamento pluripartidário sério e o fortalecimento do papel das bases na vida política nacional, ao contrário, devem ser vistos como estímulos para a redemocratização do Brasil.

OS RUMOS DA OPOSIÇÃO (1)³⁴

A história recente mostra alguns casos de transição de regimes autoritários — alguns fascistas mesmo — para a democracia. Grécia, Portugal, Espanha são os mais notáveis. Em quase todos eles a ruptura da ordem autoritária deu-se concomitantemente com a derrota militar dos exércitos que lhes davam sustentação. Sob essa forma, e de modo ainda mais estrepitoso, deu-se também a libertação nacional de países africanos e asiáticos que saltaram algumas vezes de um regime colonial opressivo para regimes socialistas, alguns dos quais autoritários. Raramente, entretanto, houve um processo de redemocratização sem quebra da espinha dorsal do regime anterior constituída pelas Forças Armadas. A Espanha é um desses raríssimos casos, com a característica de ser um país sujeito às marchas e contramarchas da política européia e de ser um país no qual as classes trabalhadoras têm longa tradição de luta e exercitaram imensa pressão nos dez anos anteriores à queda do franquismo.

Será que o Brasil constituirá um segundo exemplo da mesma natureza?

É cedo para responder pela afirmativa. Até agora criou-se uma situação ambígua: com a pressão popular, a crítica da Igreja, as lutas da classe média e a oposição do MDB (que recolheu as lutas oposicionistas em geral e se incorporou a uma história de resistência), o regime começou a ceder. Não foi só por isso: as fendas abertas no tripé de sustentação econômica do regime graças às dificuldades econômicas (basta referir a inflação e a dívida externa, como sintomas) e a persistência de ambigüidades liberais no seio do bloco dominante criaram condições propícias para a “distensão”. Mas essa deu-se até agora sem tocar no essencial: nas regras relativas a quem decide e sobre o que se decide.

Houve, é certo, um desafogo. O sufoco dos anos terríveis da repressão, tortura e censura foi se dissipando. A palavra fluiu mais livre, sem estancar na garganta entupida pelo sal grosso de tantos suplícios. Até a imagem pela TV aparece mais crítica. Mais ainda, vai se criando um espaço para a reivindicação social; as greves, contidas, mas não reprimidas, vão criando um novo léxico político.

Negar importância a tudo isso e insistir em que nada mudou é miopia de quem se deixa prender pelo passado e insiste em antecipar o futuro como mera projeção do que já acabou. Perguntar pelas garantias desse processo (embora assegurá-las deva ser uma preocupação de todo democrata) é não entender o que é a “transição”: nela o futuro é aventura e a regra maior é a capacidade de criar saída para o que, pela rotina, desembocaria fatalmente em impasse e retrocesso.

É neste contexto, de um processo político que por enquanto abriu espaços, mas não decantou alternativas de poder, que se colocam os desafios à oposição. E as dificuldades são muitas: quando subjetivamente tem-se a impressão de que se está a um passo da normalidade democrática, de repente percebe-se que o governo tem a faca e o queijo na mão. Ele não dispõe, é certo, do AI-5. Mas herdou todo o instrumental de exceção que foi construído pela ditadura: um Congresso talhado a golpes do pacote de abril com biônicos e tudo o mais, uma Lei Falcão ainda válida, uma Lei de Magistratura que provoca aposentadorias em cadeia, umas cadeias ainda cheias, milhares de exilados lutando por sua volta e tudo por fazer em matéria de institucionalidade democrática.

É este último ponto precisamente que assegura ao governo margem de manobra. Ele não explicita quase nada: negaceia e ameaça. Talvez acabe com os partidos, talvez não; quem sabe prorrogue mandatos de prefeitos, vereadores, dirigentes partidários, quem sabe não; virá a anistia: mas quando e de que forma?

E assim, cozinhando em banho-maria os anseios nacionais, o governo tenta desmoralizar a oposição, semeia a descrença nas massas e assusta a todos com o fantasma da inflação e a necessidade do arrocho orçamentário e creditício. Pensa que poderá pôr e dispor do País, talhando a “democracia sob medida” para ao mesmo tempo afrouxar as tensões e não ceder um milímetro de poder.

Cabe à oposição, nestas circunstâncias, romper o nó górdio. E a ruptura há de ser conseguida utilizando-se a tática oposta à do governo: ao invés de fazer o jogo escondido, há que abri-lo ao sol claro da opinião pública.

Mas para isso existem condições. A primeira e principal é a busca do “enraizamento”, a segunda é a bússola que aponte o rumo certo. Discutirei em artigos posteriores os dois tópicos. Mas convém pelo

³⁴ *Folha de São Paulo*, 24 de maio de 1979.

menos delineá-los aqui.

Não é só o MDB que “flutua” numa sociedade que começou a movimentar-se, mas não tem ainda os passos firmes do andarilho. É todo o sistema político que perdeu contato com a base. Esta, nos últimos 15 anos, manifestou-se quase que exclusivamente durante o período eleitoral (e nem sempre e nem toda). Agora se agita em reivindicações, se improvisa em lideranças, tateia a si mesma na busca de identidade. Quando olha para a política para ver se está refletida nela, encontra espelhos meio foscos, salpicados aqui e ali de pontos que deixam entrever uma relação entre quem olha e o que vê, mas sem nitidez. É essa a busca das raízes: a quem o MDB representa? A todos e a quase ninguém: depende de quem no MDB e em que momento. E depende também do estado do corpo social: às vezes na letargia de quem não crê possível, mas gostaria que fosse, partes imensas da sociedade jazem sem articulação para propor a mudança e espiam quietas as piruetas políticas dos que falam generosamente em seu nome, mas não têm as asas sustentadas pelo apoio ativo das massas: outras vezes — como nas greves — segmentos ágeis da sociedade avançam anos-luz e desenham meteoricamente o perfil do futuro, deixando o setor político à margem e boquiaberto com tanta reserva de energia não canalizada de modo sistemático para a luta política.

Culpa do MDB? Seria simplista afirmar. É o desencontro da transição. Esta, se não encontra de imediato no partido herdado do passado — mas refeito na luta — a expressão adequada das forças sociais, tampouco encontra nestas últimas o sucedâneo político para permitir que se contorne o temporal. Transição e desencontro. Política na transição é a busca das raízes para permitir o reencontro. Por certo, se as organizações políticas atuais não forem capazes de renovar-se, perecerão, e a forma política do futuro (e não longínquo) será feita noutros moldes.

Porém, como a crise não é só dos partidos, é da sociedade também, os rumos não virão espontaneamente da base. Sem que o setor político (lato senso: não só os políticos profissionais, mas as lideranças trabalhistas, a Universidade, a Igreja, etc.) defina o rumo da transição, os movimentos reivindicatórios se estiolarão neles próprios (curtindo suas vitórias chochas, como no ABC, ou suas decepções, como no caso do funcionalismo público) e as tentativas de revitalização política serão como bolos sem fermento (como as campanhas pela Constituinte ou pelas eleições diretas). Haverá “desafogo”, mas não mudança política efetiva.

Neste sentido é que eu creio que daqui para a frente a responsabilidade da redemocratização é nossa. Ou, como oposição, exercitamos a humildade para enraizarmos, sem pretender que já expressamos a sociedade, e ao mesmo tempo não renunciemos a assumir a responsabilidade de propor rumos a serem submetidos à sociedade, ou nos perderemos nas negações do Parlamento. Os rumos terão de ser claros e não podem ser apenas institucionais. Todos sabem que a oposição é democrática. O que não se sabe é como exercer essa democracia e o que fazer com ela. Ou a oposição (ou partes dela) se assume como partido popular e partido das reformas, tendo como suporte os assalariados (e dentre estes em principal lugar os trabalhadores), ou se perderá na busca de uma unidade idílica de todos para “derrubar a ditadura” (já com as veias abertas), sem dizer o que fazer e com quem, depois da queda.

OS RUMOS DA OPOSIÇÃO (2)³⁵

O desafio que o MDB tem pela frente é grande, mas é claro. Passou a época na qual bastava emitir símbolos indiretos de resistência ao regime para unificar as forças oposicionistas e sacudir a letargia da sociedade. Agora trata-se de assentar as bases para a democracia. Contraditoriamente: o regime de 64 e 68 continua vigente; mas ele assiste como cadáver insepulto à missa de corpo presente de seu enterro. É possível que resquícios seus se reinstalem na armadura institucional futura, como se fossem fantasmas de casarão inglês; e não nos esqueçamos de que os velhos fantasmas matam de susto, quando não de ataques cardíacos, os habitantes dos solares amaldiçoados. É possível, portanto, uma recidiva do autoritarismo. Mas cabe a nós da oposição dificultar os nossos sustos.

Como?

Em primeiro e principal lugar, movendo-nos. Já não bastam o sangue e as lágrimas do passado para

³⁵ *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 1979.

justificar a ação política. É preciso apontar as esperanças e tecer as articulações que fortaleçam a ordem democrática. Neste esforço existem temas e tarefas que são comuns a muitos grupos e a várias tonalidades oposicionistas. Não se deve desfazer a grande frente nacional de resistência democrática. Caberá às lideranças do MDB e de fora dele manter as pontes desimpedidas e os diálogos constantes.

Assim, foi positivo que no Encontro de São Bernardo os 56 deputados federais presentes, as dezenas de deputados estaduais, os 45 líderes sindicais, os intelectuais e as duas dezenas de líderes cassados que estão no Brasil reafirmassem sua posição contrária à extinção do MDB pela força. E de igual modo foi positivo que as vozes das lideranças nacionais do general Euler Bentes Monteiro, do Sr. Severo Gomes, de combativos senadores do MDB e de tantas personalidades mais tivessem se unido na proclamação do Rio de Janeiro, de abril passado, para mostrar que a luta continua e é ampla. Mas o coro da resistência democrática não deverá abafar a voz das demandas sociais e econômicas específicas. Hoje o grande desafio da oposição é o de viabilizar propostas políticas de nítida conotação popular.

Que quer dizer isso?

Quer dizer que as reivindicações salariais e sindicais dos trabalhadores, as reivindicações relativas à qualidade da vida urbana, as lutas dos trabalhadores do campo, a defesa dos interesses econômicos das classes médias, a defesa do consumidor, serão a bússola da política do futuro. Mas nada disso se desenvolverá no vazio da boa vontade e do desejo. Caberá à oposição ir definindo as políticas que permitirão que o interesse das classes populares não se dissolva em propostas demagógicas dos que gritam sem nada propor porque não sabem o que fazer. É preciso que a oposição afine seus instrumentos de luta política e diga o que pensa sobre a inflação, sobre a questão energética, sobre a CLT, sobre a presença das multinacionais, sobre os fundos de acumulação, sobre a política tributária, sobre as políticas urbanas, sobre as políticas agrárias, enfim, sobre as grandes questões nacionais. E tudo isso terá que ser equacionado do ângulo dos interesses da maioria da população e não mais, como até hoje, para reproduzir os privilégios de minorias.

Mas não basta um programa. Está chegando o momento no qual o enraizamento social da oposição implicará que setores populares participem devidamente da vida partidária. E é este o ponto mais delicado da questão: como abrir espaço à participação efetiva das camadas populares, respeitando, ao mesmo tempo, a indispensável autonomia da sociedade civil (dos sindicatos, das igrejas, dos movimentos sociais e reivindicatórios, etc.)?

Noutros termos: é preciso ir construindo os alicerces de um partido popular moderno. Amplo. Sem sectarismo, pois um partido de massas não se confunde com um “lobby” nem se identifica apenas com um segmento da sociedade, por mais expressivo que ele seja (como as igrejas ou os sindicatos). Tampouco se construirá um partido apto a encaminhar as grandes questões da transformação social de uma sociedade industrializada se ele contar apenas com quadros dirigentes, e nem sequer se alguns destes quadros tiverem vocação carismática. O caudilhismo populista agita e galvaniza, mas não decanta nem encaminha soluções para as maiorias.

Acho que, com algumas exceções, no debate sobre a reformulação partidária que ora se trava têm faltado clareza e imaginação: uns se aferram à idéia do “partido-ônibus”, onde convivem tudo e todos, dos adesistas aos mais lídicos oposicionistas, de negociatas a líderes sindicais e populares. Partido-frente, sem outras especificações que não a da “oposição à ditadura”. Outros propõem o “partido dos puros” e a pureza se define seja pela origem de classe, seja pela têmpera ideológica. Uns se aferram ao passado, quando as circunstâncias criaram uma vala comum de defesa e sobrevivência. Outros ao utopismo, que não toma em consideração as condições reais da vida política e da sociedade brasileira.

Eu proponho uma variante ao utopismo e um rechaço mais eficaz ao oportunismo eleitoreiro: necessitamos de um partido popular, de massas, que nem seja conduzido carismaticamente nem dirigido por quadros sectários. Um grande partido, que varie regionalmente no tom e nos temas, mas que se una nacionalmente na vontade clara e insofismável de reformar a fundo as estruturas. Que seja radical no sentido preciso: indo à raiz das questões. Que não se esquive no combate à opressão e à exploração, mas que não se contente com a proclamação de princípios. Que entenda que política é força e não apenas propósito, mas que recuse o uso da força sem propósitos.

Como pode nascer partido com semelhantes características? Do encontro entre o MDB, que somou a

maioria dos quadros políticos com vocação popular, com as lideranças e as bases dos trabalhadores, dos moradores da periferia, da classe média assalariada, da intelectualidade, das comunidades de base, dos movimentos do campo, etc. Encontro, este sim, de mãos estendidas e coração aberto, não para manipular ou dissolver a especificidade dos movimentos sociais com o pulso firme de lideranças políticas, mas para articular o social com o político, assegurando-se as autonomias respectivas. Sem esta articulação, o social se agita e se decompõe pela repressão ou pela impossibilidade de generalizar as demandas (como se viu nas últimas greves) e o político se desfigura, apodrecendo em seu próprio caldo, como se vê agora nas imputações recíprocas de emedebistas sobre acordos e conchavos, até mesmo com aqueles que simbolizam, como o Sr. Maluf, tanto o regime como a corrupção.

Quer isto dizer que o MDB renovado ou o partido popular que lhe dê continuidade e vida nova haverá de restringir a participação apenas aos “eleitos” ou aos que estão “à esquerda”?

Obviamente não: a voz firme de Ulisses Guimarães, a luta persistente de tantos senadores e deputados do MDB nos piores anos da repressão, a retidão do brado pelo Estado de Direito de tantos, como Faoro, sem deixar de mencionar os sermões não-partidários em favor dos explorados e oprimidos de D. Hélder e D. Paulo, são ingredientes constitutivos da futura ordem democrática e da oposição popular. Só que até há pouco era este o timbre de voz quase exclusivo que se podia ouvir, porque o regime não conseguia contê-lo. Agora o “clamor do povo” dá ao coro um diapasão de intervalo mais abrangente. E dá à partitura o tom inequívoco de uma oposição que será popular não apenas por seus propósitos, mas por sua constituição.

É preciso lutar pela continuidade do MDB. É preciso que a oposição se oponha aos casuísmos do governo, que deseja extinguir os partidos para melhor manobrar. Mas a continuidade só não basta: que venha o pluripartidarismo e que nele os que realmente sempre foram oposicionistas, e não apenas nos comícios eleitorais, se juntem e estendam as mãos às lideranças populares para transformar o MDB num partido, aí sim, permanente porque enraizado na livre vontade popular. É este o desafio. As manobras governamentais podem extinguir a sigla, mas não extinguirão o povo nem a oposição popular. Extinto o MDB pela força, teremos imediatamente um movimento democrático do povo brasileiro, qualquer que seja a nova sigla. Mas para isso é preciso repudiar o continuísmo sem princípios e o fisiologismo disfarçado de emedebismo. As oposições, para manterem-se unidas, têm que aceitar o desafio do presente: o MDB tem que enraizar-se nos movimentos sociais e rumar firme para uma proposta popular capaz de propiciar a transformação social de que o Brasil necessita. Com esta ou com a sigla que continue a tradição democrática e popular, a Oposição crescerá ainda mais no futuro.

A LEI E A VIDA³⁶

Finalmente, o parto da montanha. Depois de tantas promessas de reorganização partidária, aí está a lei proposta pelo governo. Tudo novo e nada de novo. Às esperanças de quantos imaginavam que, apesar de tudo, a mão estendida do João vinha cheia de democracia, contrapõe-se o travo da realidade. *A posteriori*, a razão política foi dada a Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela e outros líderes da resistência democrática. A fórmula do regime é simples: multipartidarismo na oposição e o partido único no governo.

Mais uma vez o “país legal” quer impor ao “país real” o leito apertado por onde devem passar os anseios, as insatisfações e as esperanças populares. Só que o “legal”, no caso, é discutível: nem a Constituição em vigor foi fruto de um consentimento, nem sequer aproximativo, nem a lei em tramitação obedece a essa própria Constituição. De fato, extinguem-se os partidos como se eles fossem parte constitutiva do Estado e não da sociedade civil, e ditam-se regras casuísticas que dificultam, na prática, quando não impedem, o surgimento de partidos que expressem a vontade dos grupos reais da sociedade.

A crítica ao descaramento governamental não isenta as oposições de responsabilidades. Creio que, de há muito, amarramo-nos a teses e a táticas que não correspondem mais à urgência dos tempos. É correto denunciar o arbítrio de uma lei que visa dismantelar a oposição; valem os apelos à unidade. Mas não dá para tapar o sol com a peneira: dificilmente a maioria do Congresso, habituada ao servilismo e às vantagens do oficialismo, recusará mais este desserviço à democracia; a unidade necessária à resistência não poderia formar-se pela incorporação dos segmentos apodrecidos pelo adesismo às bandeiras generosas da defesa do

³⁶ Folha de São Paulo, 21 de novembro de 1979.

interesse popular.

O que nos cabe agora, ao lado da denúncia, é divisar os novos rumos. Eu sei que o mais provável no curto prazo será o quase-caos partidário provocado por uma “lei”. Entre a aprovação do monstrengo pelo Congresso e a regulamentação dos novos partidos pelo Tribunal Eleitoral vão escoar preciosos meses. Tal como está o texto do substitutivo do projeto em votação, para que o Tribunal conceda o registro provisório será necessário obter não apenas as 101 assinaturas dos fundadores do novo partido, mas indicar os membros da Executiva Nacional provisória, das regionais em pelo menos nove Estados e das municipais em 1/5 dos municípios de cada um destes Estados. Só depois disso é que começam as filiações e convenções. Ufa! Quanto trabalho, desperdício de dinheiro e de tempo. E para quê?

Para que o governo impere sem partidos que o controlem durante um ano (pois é este o tempo previsível para que se organizem os partidos depois de registrados provisoriamente) e no fim chegar-se, talvez, a três, quem sabe quatro partidos. Ou quem sabe mesmo aos dois de agora? Pior ainda, como mostrou o presidente do MDB de São Paulo, Mário Covas, em palestras que vem fazendo, nem sequer os blocos parlamentares poderão ser organizados, segundo o projeto de lei, antes de o Tribunal Eleitoral conceder o registro dos partidos em formação. Chegou, portanto, a hora da onça beber água. Se as oposições mergulharem no casuísmo da lei, à espera das determinações e regulamentos, a “implosão” será conseguida pelo governo. Mas pelo método tradicional: os tijolos serão arremessados para todos os lados; e de parte a parte. Dissidência de lá, discrepâncias de cá, e o pólo principal, imune a tudo, será o governo, cavalgando a máquina do Estado.

Diante disso, cabe às lideranças oposicionistas uma estratégia clara de recomposição de forças e uma tática explícita que leve a isso. Neste último aspecto, a batalha será travada no Congresso: é preciso abrir brechas no projeto para torná-lo menos casuístico, para eliminar as sub-legendas, facilitar a formação dos partidos e, principalmente, evitar que passem os dispositivos que transformam a vida interna dos partidos em mecanismos de controle burocrático-oligárquico. O elitismo do projeto atual é gritante: ele exige que se cumpram requisitos formais aparentemente democráticos e, na prática, entrega o comando da formação e do desempenho partidário aos parlamentares. Exemplo: as convenções municipais são formadas por delegados dos filiados ao partido (eleição indireta, portanto), e pelos vereadores e parlamentares com residência no município. Estes, eventualmente, podem ser até mais numerosos do que os delegados da base partidária.

Não tenho muitas ilusões quanto à capacidade saneadora do Congresso. O MDB votará pela democratização dos partidos futuros. Mas a maioria servil está sempre pronta a cumprir ordens.

Estrategicamente, entretanto, cabe preservar a confiabilidade política das oposições e o sentido democrático e popular de seu comportamento. Como? Dizendo claramente que, a partir de agora, com ou sem lei, com tais ou quais tendências (“autênticos”, “populares”, “PT”, “PTB”, “moderados” não-adesistas, “liberais-democráticos”) estamos dispostos a dar passos coordenadamente. Precisamos criar, como se fez na Espanha, um Conselho para a Democracia que permita dar uma resposta rápida às manobras governamentais. Não se trata de esconder as diferenças de tendência. Mas de expô-las democraticamente, respeitando-se as nuances e tentando, pela negociação e pelo convencimento, definir, quando possível, alvos comuns, em benefício dos interesses permanentes do povo brasileiro. Para que um pólo oposicionista deste tipo tenha vigor e seja confiável, é preciso atender a duas condições básicas: que nele não se inscrevam adesistas que visam apenas fazer o jogo do governo no interior das oposições (malufistas, chaguistas e toda a fauna de fisiológicos adjacentes); que cada um dos grupos ou tendências de oposição não imagine que contém em si o mapa do futuro e que desista de arrogar-se o direito de impor aos demais, por infiltração ou por pressão desmoralizante, os rumos do conjunto.

É óbvio que neste Conselho o peso histórico do MDB será grande. Qualquer visão menor que procure aproveitar as dificuldades do presente e o interesse desagregador do autoritarismo para impor oportunisticamente um comando improvisado só servirá para dificultar a recomposição da oposição. Mas é óbvio também que a Executiva Nacional recém-eleita, que espelha o que foi o MDB nos dez anos passados, não poderá aspirar a definir os rumos dos dez anos futuros.

O presidente Ulisses Guimarães, resistente histórico e homem de sensibilidade política, terá se apercebido já que as forças emergentes, do Lula aos estudantes, das múltiplas comissões de greve dos professores e bancários aos advogados liberais, da periferia das grandes cidades ao campo, exigem hoje que o social-econômico encontre no discurso e na prática um lugar ao sol ao lado do político-institucional. Para

tal, é preciso que no Conselho para a Democracia as figuras cinzentas da Oposição (em que pesem às folhas de serviços passados) dêem lugar às novas faces. E será de menor importância inquirir se todas estarão vestindo a mesma camiseta — escondendo o ritmo das pulsações cardíacas das lealdades reais, como hoje — ou se já se aproxima a hora da verdade na qual a diversidade ostensiva de coloração das camisetas comporá um time que se unirá frente às bandeiras maiores da democracia e do interesse popular. Se for esta última hipótese a que prevalecer, buscaremos a unidade na diversidade e os líderes que disso forem capazes, históricos ou emergentes, terão ajudado a sairmos do atoleiro no qual o autoritarismo institucionalizado quer meter o país.

SEM ILUSÕES³⁷

Tomo emprestado o título de um autor russo, Zinoviev, que acaba de publicar um livro de ensaios sobre o regime soviético. À moda de Montesquieu — guardando as devidas proporções —, Zinoviev se propõe a descrever o socialismo “tal como ele é”. Para isto, busca as leis que expressam a natureza da sociedade soviética. Com agudeza e sem autocomplacência, fustiga no pormenor e no conjunto a natureza do regime. Não analisa pelo ângulo das “deformações”. Ao contrário, mostra que no que o regime tem de repressivo, assim como em sua capacidade de obter apoio popular, existe uma férrea lógica que deriva da tessitura da sociedade soviética. O próprio fenômeno dos “dissidentes” é analisado neste contexto: sua força detém-se na teia de interesses e de valores que sustentam a sociedade. Não endosso completamente a análise de Zinoviev. E penso que sua obra é mais universal do que ele próprio acredita: muitas vezes, ao descrever o carreirismo numa sociedade burocratizada, por exemplo, ou a falta de vitalidade política do partido, descreve, sem saber, processos que são contraditórios no mundo ocidental. Este, por sua vez, aparece como contraponto idealizado na análise de Zinoviev. Não obstante, fica a lição: os regimes devem ser estudados pelo que eles são, não pelo que deveriam ser, pelo que gostariam de ser ou pelo que fazem crer que são.

Dito isto, enfiemos a carapuça: a quantas andamos com nossa “democracia relativa”?

Quem diria, há dois anos, que o ritmo “lento, gradual e seguro” do general-presidente acabaria dando a cadência do transformismo que se opera no Brasil? Pois veio a “distensão”, formam-se os partidos, existem até greves proibidas em franco desenvolvimento, a Justiça, manquitolando, vai recuperando alguma força, a imprensa está liberada, a TV só não é mais desenvolvida porque seus donos não querem, a tortura aos presos políticos terminou, restam pouquíssimos na cadeia, os atos de exceção estão em agonia. Então, dirá o observador imparcial, que mais quer a oposição? De que se queixa o povo?

Eis a questão: o sufoco acabou; mas quem mandava antes continua mandando e as regras essenciais do poder aí estão, ao sabor do “lento e seguro” ditado pelo Palácio do Planalto. É esta a esfinge política do País: ampliam-se os “espaços”; há como respirar politicamente; mas ficaram intocados os fundamentos do mando.

Qual seria a estratégia do regime? A manutenção, é claro, como sabe qualquer Maquiavel de botequim. Mas para mantê-lo a classe dirigente tem hoje outra proposta: se não “ao invés da” coerção o consentimento, pelo menos que aquela se restrinja, enquanto este aumenta. Quem sabe, um projeto de hegemonia, como diriam os cientistas políticos.

Não é fácil, por certo. A natureza da sociedade a que o regime deve conformar-se é cruel: basta ver que quem ganha com o modelo econômico são os prestamistas do Estado, os banqueiros, d’aquém e d’além-mar. Parece até o reinado do falso Napoleão, o Terceiro. Só que sem bonapartismo: a força aparentemente incoercível do desenvolvimentismo sacramental lealdades e aumenta as dívidas internas e externas, e disso há quem se beneficie. O Tesouro a tal ponto foi solidário com o endividamento e com o estilo de desenvolvimento grudado à mais célere acumulação financeira, que quase morreu de inanição, à míngua de recursos, e de movimentos, de tantas concessões feitas ao setor privado. Para reanimá-o, foi preciso que, por ironia, a história refizesse um personagem: o mesmo Delfim dos subsídios e do privatismo virou o Delfim que restabelece o fluxo de recursos para as burras do Estado; o monetarista de ontem é o estruturalista de hoje, como será amanhã, se preciso for, o inflexível controlador do gasto e do crédito do governo e das empresas. Não é Napoleão quem conta, nem mesmo seus cultores, como dizem ser o general Golbery. São os Fould caboclos (mais brilhantes, talvez, que os originais, pelo menos para criar fórmulas e disseminar

³⁷ Folha de São Paulo, 4 de abril de 1980.

ilusões) que, representando a “aristocracia financeira”, como na velha França burguesa, trazem hoje o aval à “democracia restaurada”. Aristocracia financeira que é a ponta visível de um “iceberg” composto por toda a burguesia internacionalizada que, de braços dados ao Estado, explora o povo.

Cessa nisso, contudo, a analogia com o bonapartismo: nem o Exército, nem os padres, nem a pequena propriedade têm muito a ver com o regime que se quer instaurar. O Exército assiste, complacente, mas sem comprometer-se, ao ensaio geral do novo regime; os padres recusam, horrorizados, dar a bênção a tanta exploração feita virtude; os pequenos proprietários, coitados, nunca tiveram vez em nossa história e agora, mais do que nunca, sentem-se alheios a um Estado que os cobre de impostos e humilhações.

Persiste a questão: pode haver “democracia restaurada” à base de uma ordem servil à aristocracia financeira? Será aquela a “lei de governo” própria de um tal sistema?

Eu desconfio que Zinoviev aqui teria mais dúvidas do que as que o assaltam na Rússia Soviética. Lá regime e sociedade talvez se dêem as mãos. Entre nós é mais difícil. Obstáculos, contudo, não significam impossibilidades. Acredito que estamos no começo de uma partida nova. O “round” anterior foi ganho pelos que já antes ganharam. E o novo? Terá nossa oposição — fragmentada hoje em mil questiúnculas e uns poucos e frágeis partidos — a sensibilidade para responder à proposta de hegemonia burguesa com uma resposta à altura e ali onde a porca torce o rabo, na questão social e nas dificuldades econômicas? Será ela capaz de desfazer os sonhos oligárquicos da “democracia controlada”, que às vezes se disfarça — sem convencer a ninguém — de “populismo autoritário”, para penetrar no mesmo movediço terreno das reivindicações sociais e econômicas?

Como condição para começar a responder aos desafios colocados pela proposta política da aristocracia financeira feita sistema de governo, é preciso que as oposições entendam em que terreno institucional pisamos. O regime que se restaura é sutil. Ele engendra uma estranha dialética entre governo e oposição social que marginaliza os partidos e o Congresso e dissolve a força reivindicativa da sociedade pelo encaminhamento de projetos e medidas que são como os vírus desativados das vacinas. Foi assim com a anistia, por exemplo. Os setores mais combativos da sociedade queriam-na “ampla, geral e irrestrita”. No Congresso, veio o contravapor; ela sairia aprovada como seu lobo mandou, embora com os protestos da oposição política. Mas na prática, por interpretações não-rigoristas e pelas adequações de pena, o governo foi liberando presos e recebendo banidos e exilados, sem anistiá-los. Vitória política, a oposição parlamentar não pôde capitalizar. Purificação pela lei dos atos de arbítrio, tampouco foi conseguida. Mas a demanda da sociedade não deixou de repercutir, houve “desafogo” e deu-se o esvaziamento dos movimentos de pressão, pelo atendimento individual de reclamos.

É assim o regime: ele reserva aos partidos papel menor. Não refaz o arcabouço institucional na direção da democracia. Nega de plano legitimidade ao protesto. Mas concede, no casuísmo e com picuinha, para desarticular e amortecer as pressões sociais e políticas.

Não é este, de novo, o procedimento com relação aos sindicatos e às pressões salariais? Não é assim, também, no que se refere às eleições diretas e ao voto popular?

Entretanto, se a prática do regime fosse só a da chicana, seria difícil entender os apoios que foi ganhando. Não da massa, por certo. Mas entre os círculos influentes das classes dominantes que não eram dirigentes, bem como em certa imprensa que surgiu com ares oposicionistas e independentes e logo se extasiou com tanto gênio econômico e habilidade política para costurar a *nouvelle démocratie*.

É que também de pão vive o homem e o regime, de avaro, tornou-se, não diria pródigo, mas concessivo. Atendeu à ânsia da discussão das camadas ilustradas e aos bolsos de setores das classes produtoras. E se pouco deu de concreto às classes populares, e ainda tomou pela inflação o pouco que concedeu, pelo menos ao nível simbólico começou a manipular a linguagem redistribucionista. Fez um PDS “moderno”, no papel. E, de fato, começou a dinamizar propostas de novas políticas salariais e sociais que terminam por ter algum efeito ao nível das expectativas.

Só que com a economia não se brinca. É difícil vestir o travesti de populacheiro com a dívida externa nas nuvens e a inflação acima delas. Não dá para buzinar aos ouvidos perplexos de todo mundo que há uma crise energética e manter a indecisão quanto à forma de solucioná-la e, ao mesmo tempo, continuar custeando um mal planejado projeto atômico, pontilhado de dúvidas tecnológicas. E assim por diante.

É na discussão do feijão com arroz, do cotidiano, que a oposição poderá começar a responder ao desafio. É o leite contaminado, a manipulação da Bolsa na venda de ações da Vale do Rio Doce, a corrupção feita governo e, principalmente, a feira e o fim do mês que parece longínquo quando medido pelo orçamento das famílias trabalhadoras e da classe média — isso tudo é que dá os temas para refazer a crítica.

Aproveitemos, pois, o desafogo. Não nos percamos nas mil e uma questiúnculas institucionais e na troca de figurinhas entre as novas siglas partidárias, que tudo isso cansa e desilude a população. Ataquemos de rijo o ponto fraco: se ontem a ditadura política era visível e sua crítica o ímã para unificar a luta, hoje é o desvendamento do regime como roupagem dourada da “aristocracia financeira” que dará ao povo o sentimento da oposição e a força para refazer caminhos de luta e reconstituir os canais políticos válidos para a nova arrancada.

NEM TUDO SAIU COMO MANDA O FIGURINO³⁸

À extinção do bipartidarismo seguiu-se um período de profunda desconfiança diante da armadilha política que se supunha ter sido preparada pelo governo para viabilizar o regime de “democracia restrita” que se inaugurava. Curioso país o nosso: todos lamentamos — com razão — a camisa-de-força do bipartidarismo imposto depois de 1966; voltamos a lamentar — ainda com razão — a extinção do bipartidarismo.

Por quê? Porque era visível que por trás do bipartidarismo não havia partido algum. Havia o governo que sustentava a Arena e uma vigorosa frente que, especialmente depois de 1973, foi se acumulando, pela força da gravidade dos descontentamentos crescentes, contra o regime. O que se chorou com a extinção do MDB não foi só o golpe inaceitável desferido por uma “maioria” que destruía o canal de expressão política da “minoridade” (manobra que em situação jurídico-política normal é inaceitável), mas a pedra no meio do caminho que o governo pôs para perturbar a oposição ao regime. Destruído o MDB em nome da “normalização institucional”, destruía-se, de fato, um precipitador de ações políticas contra o regime.

Assim o pluripartidarismo surge simplesmente como símbolo de um desafogo e como manobra política para jogar toda a oposição no torvelinho da construção de novos canais de expressão, custosos e ao mesmo tempo incitadores de discórdia entre os membros da antiga frente única das oposições. Nestas condições compreende-se que o novo sistema partidário fosse visto com um pé atrás. Além disso, se acreditava que a lei dos partidos seria tão casuística que não permitiria a livre expressão da vontade política.

Passado o tempo, eis que nem tudo decorreu assim tão simplesmente.

A estratégia política do governo — atribuída sempre, com ou sem razão, ao general Golbery e ao finado Portela — parecia clara: dividir as oposições e criar um sistema de apoio que fosse mais flexível e menos desgastado do que a antiga Arena. Aparentemente, no início pensava-se que o novo sistema oficialista poderia ser formado pelo “partido da máquina estatal”, o PDS, e pelo partido do conservantismo moderno, o PP. Não foi assim, entretanto, pelo menos até agora, a evolução do processo político. O PDS cumpre, sem dúvida, seu papel; mas ele resultou menor na sua expressão parlamentar do que a Arena e mais negociador com o governo do que seria de desejar pelos donos do poder; o PP, desde a cooptação de Abi-Ackel, busca um perfil mais independente. É, sem dúvida, um partido-ponte; mas a ponte é levadiça e a engrenagem que a suspende, cortando a ligação com o oficialismo, não está nas mãos do governo, mas nas mãos de hábeis líderes parlamentares e políticos.

Por fás ou nefas, antes mesmo do partido do Dr. Tancredo e do Sr. Magalhães Pinto mostrar-se cioso de suas jogadas, o general Golbery (sempre se lhe atribuem as maquinações do Planalto, vamos lá) mostrava-se sensível à “cara populista” do regime na sua nova vestimenta, limitadamente democrática. Por que não ressuscitar o oficialismo popular sob o manto protetor de um Vargas? E foi o que se viu. Atraído para a formação de seu sacrossanto PTB, rejuvenescido pelo contato com a social-democracia e com o liberalismo americano, desembarcou fagueiro o ex-governador Leonel Brizola. E quase leva a palma: por pouco arrasta à voragem do PTB setores influentes do antigo MDB, sequiosos de, por fim, existirem num partido e não numa frente.

Os fatos políticos e sua história apresentam, entretanto, certa resistência aos planos e à vontade dos

³⁸ “Folhetim”, *Folha de São Paulo*, 17 de maio de 1981.

homens. Não foi fácil a muitos líderes do MDB dar o salto: suas bases eram emedebistas. A “frente” era, a seu modo, também partido, senão como postura ideológica, como sentimento de amplos setores populares. Não foi fácil “virar a placa” para, onde se lia MDB, ler-se PTB. Foi nesta brecha que o Planalto entrou. Se o PTB de Brizola não racharia em profundidade as oposições grupadas no PMDB, melhor seria deserdar o herdeiro presuntivo e ressuscitar a sigla como “partido muleta”. O PP tornara-se demasiado cômico de seu papel como “partido ponte” para ser dócil: pois que pelo menos o oficialismo pudesse dispor de outro partido de apoio, o PTB.

Vingou-se assim Getúlio Vargas de seus críticos mais permanentes. A fina flor da Escola Superior de Guerra (outra vez, o oblíquo general Golbery) propôs como solução para o impasse político a volta do esquema do fim do Estado Novo: é só inverter uma letra e a aliança PSD-PTB é, outra vez, a fórmula mágica.

Só que, dizem os clássicos, a história não se repete como tragédia, mas como farsa. E ao invés do Dr. Getúlio, o bruxo do Estado, o homem que simbolizou a política de cúpulas feita com o clamor das massas, tem-se hoje o Sr. Jânio da Silva Quadros. Dispensam-se comentários. E ao invés dos “humildes”, dos pobres, de quem Getúlio era pai, tem-se um operariado que recusa a conciliação mesmo no momento do desemprego, as comunidades de base que repudiam a manipulação das cúpulas e uma mocidade universitária cada vez mais numerosa e crítica.

A reforma não saiu, portanto, como mandava o figurino. Tampouco do outro lado do espectro pode-se dizer que os planos resultaram impecáveis. O PT não fora previsto pelo Planalto. Ele abriga uma pequena parte da antiga frente política das oposições, e abrange setores que antes recusavam a participação no quadro institucional, desde organizações trotskistas várias até homens dos movimentos sociais e de setores das igrejas. Por intermédio do PT se dá, portanto, a incorporação política de setores da população que não encontraram nicho no quadro institucional preexistente e dá-se, também, espaço a setores antes minoritários no MDB.

Até certo ponto o PDT também incorpora setores antes marginalizados: não só trabalhistas históricos como grupos de exilados do melhor quilate humano e político que encontraram na nova sigla o porto hospitaleiro para atracar suas expectativas. Trata-se de setores políticos que, pelas restrições da vida institucional do período do AI-5, não puderam aninhar-se no MDB e que agora, sem as mesmas restrições, não têm afinidades pessoais, sentimentais e políticas com as lideranças oposicionistas do passado que hoje estão no PMDB. Nem todos têm essa procedência, por certo. Partes do PDT, especialmente no Rio Grande do Sul, vêm da grei emedebista. Mas correspondem a segmentos do partido que não conseguiram expressar todo o gás de que dispunham, sufocados pela presença de outros líderes que fizeram a transmutação do MDB para o PMDB.

Por fim, o PMDB. Este tampouco saiu como mandava o figurino golberiano. Não pegou a “pixação” de partido dos liberais, como diziam setores populistas, nem a de “partido dos radicais”, como dizia o Planalto e até hoje repetem seus êmulos. O PT salvou o PMDB do estigma de ser a frente política de ultra-esquerda. Esta (muito relativa, no caso brasileiro) mergulhou tanto no PT como no PMDB e não coloriu nenhum deles. O mais curioso é que este processo deu-se no contexto de uma situação em que os setores ditos “autênticos” e de “tendência popular” do PMDB fortaleceram-se e os antigos liberais, sem deixar de serem liberais, tornaram-se marcadamente democráticos.

Sem o querer, talvez, e sem o saber, certamente, autênticos, populares, liberais históricos e até mesmo organizações ideológicas menores — como também no PT e em menor proporção no PDT — fundiram-se e confundiram-se, virando outra coisa. No caso do PMDB, viraram democratas-populares, sem o estigma do passado, de “liberais” ou “radicais”. No caso do PT, ainda em emergência, diferentemente de um “partido de operários” (embora haja segmentos da classe trabalhadora que apóiam o partido) ou de um “partido dos sindicatos” (pois a maioria da liderança sindical de oposição inscreveu-se no PMDB), tem-se mais provavelmente um partido dos movimentos sociais das periferias das cidades e do campo, o que já é um passo à frente.

Tudo isso, naturalmente, sujeito a chuvas e trovoadas, pois um sistema partidário verdadeiro não se faz à míngua de eleições nem se concretiza a partir de planos de gabinete. Partidos não são apenas programas ou ideologias. É preciso obter a identificação das massas e das classes com as siglas e as ideologias e com os líderes que lhes dão realidade e dinâmica. Estamos apenas no começo da partida. Veremos, com as lutas, as

vitórias, derrotas, esperanças e decepções, com quantos paus se faz uma canoa. Só o sopro vivificador do voto dirá se, de fato, o que hoje é proposta, constituindo realidade apenas para os militantes dos partidos em organização, será amanhã sentimento coletivo capaz de motivar a ação política e de dar sustentação efetiva aos partidos nas urnas e junto à opinião pública.

O EMBRULHO DE JUNHO³⁹

A comissão especial do PDS para estudar a Lei Eleitoral apresentará brevemente seus resultados. Até o próximo dia 30 a Comissão Executiva do partido promete remeter ao Planalto as sugestões para a nova lei. Enfim, dirão os otimistas, eis a democracia funcionando. São os partidos (ou, pelo menos, é o partido do governo) que fazem as sugestões para as leis. Estamos longe da época dos ucasses presidenciais.

Na forma, é verdade, o jogo de cintura do regime tem mais folga. No substantivo, entretanto, que calamidade. Antecipando-se às reações, o secretário-geral do PDS tonitroou: preparem-se porque aí vem uma enxurrada de casuísmos. Se antes era o Palácio quem fazia os “pacotes de abril”, agora é o partidão do governo quem prepara o “embrulho de junho”.

Do outro lado da cerca, as oposições não fazem mais do que especular: virá a sub-legenda, dizem; ou quem sabe o voto vinculado, amarrando a escolha dos deputados, senadores e governadores aos vereadores; pior ainda, serão proibidas as coligações e talvez se torne obrigatório o voto facultativo... Ou seja, o regime vai sendo recortado e costurado para resolver o problema da quadratura do círculo: transformar a minoria de eleitores em maioria política, seja como for.

Que há antecedentes até prestigiosos, não há dúvida. Pois não foi isso, mal comparando, que fez o general De Gaulle com o sistema eleitoral francês? E a 5ª República não conseguiu, de fato, controlar o poder durante 23 anos nas mãos do mesmo grupo? É verdade que veio o revertério e agora é a vez de Mitterrand com 37,5% dos votos controlar eventualmente mais da metade do número de cadeiras na Assembléia. De qualquer modo, o sistema durou bastante.

Nos trópicos a coisa será feita, naturalmente, com mais vulgaridade. Até ontem o que contava para os próceres da liberalização era construir uma democracia renovada, baseada em partidos reais, sem os personalismos e as demagogias populistas de outrora. Quem diria? Pois não são esses mesmos “renovadores” que agora vêm de novo com as sub-legendas, as quais obviamente debilitam o peso dos partidos em favor de lideranças pessoais e de diques de interesse eleitoral? E que dizer da proibição das coligações, que tutela a vontade dos partidos e deforma a rearticulação normal do jogo político, obrigando à fragmentação da expressão eleitoral? Fragmenta-se com a sub-legenda o que deveria estar unido — a dinâmica interna dos partidos — e novamente fragmenta-se o que poderia constituir um bloco, através da proibição de alianças. Tudo isso não por decisão dos interessados, mas por imposição da lei.

É certo que, pelo menos quanto à sub-legenda, os partidos podem e devem reagir: a lei, eventualmente, facultará, mas não obrigará. Impera, nesta matéria, entretanto, o velho maquiavelismo. Dada a oportunidade, o interesse pessoal e de diques torna-se incontrolável. Em nome de qualquer pretexto, mal escondendo-se o interesse pessoal, rebentam as ambições, atropela-se o interesse popular e violenta-se a coerência ideológica.

Isso não redime as oposições de suas culpas se elas escolherem o caminho da facilidade e da fragmentação. Queiram ou não os partidos, se não reagirem ao casuísmo buscando meios de articulação para contornar a armadilha da lei eleitoral, terão sido cúmplices do regime que aí está.

ÉTICA E POLÍTICA⁴⁰

O almirante Bierrenbach declarou que ele pensa sobre a bomba do Riocentro a mesma coisa que outros cinquenta milhões de brasileiros estão pensando. O almirante foi modesto nos cálculos. Provavelmente porque descontou as crianças e os que não tiveram qualquer informação sobre o caso. Melhor seria dizer: pensam como ele (que nem precisou dizer o que pensava) todos os que sabem algo sobre

³⁹ *Folha de São Paulo*, 18 de junho de 1981.

⁴⁰ *Folha de São Paulo*, 2 de julho de 1981.

o episódio.

O brigadeiro Délio Jardim de Matos acrescentou que se trata de fato “muito pequeno para um País tão grande”. A bomba, em si, talvez seja um fato pequeno. O IPM, sobre o qual todos pensam a mesma coisa — e calam, porque falar é pior —, não é, entretanto, um fato pequeno. Ao contrário, é a evidência de que em nosso País a política (ao menos a do Estado) espanta a ética.

Pobre sociedade. Pobre abertura democrática.

Anteontem viu-se a pirotecnia dos “slides” e provas balísticas para esconder o óbvio. Na véspera a imprensa publicara a fotografia do líder do governo no Senado votando por um colega ausente. Simultaneamente, condena-se um padre que compôs versos capazes de pôr em dúvida a honradez da Justiça que expulsou outro padre por seu comportamento aberrante.

Até quando? Até que ponto o realismo político — a necessidade de salvar as eleições de 82 — será comparsa obrigatório da mentira? Até quando o *esprit de corps* da instituição militar servirá de escudo para proteger os que deslustram por seus métodos a essência mesma da justificativa da existência do poder armado? O descrédito das práticas atuais corroeu tanto a respeitabilidade da palavra militar que se não houver uma reação *interna corporis* o despreço da sociedade minará o eventual papel do Exército no reencontro futuro do Brasil com seu povo.

Já não são os radicais do verbo — os “termocéfalos” — os que protestam. São os próprios almirantes, brigadeiros e generais que se vêem constrangidos a nada dizer para assim dizerem tudo. Porque também há de doer, a alguns pelo menos, ter de mentir para esconder o que todos sabem.

Talvez haja tempo. Talvez os donos do poder percebam a gravidade de tudo isso. Talvez o próprio Presidente “expluda” em defesa de sua palavra. Que o façam. Não tanto pelas oposições, pela sociedade civil, pelos políticos que aceitam uma ética de responsabilidade pela qual podem elidir questões e calar para evitar o pior, mas não consentem com o prosseguimento do terror e da mentira como armas do Estado. Mas que façam por eles próprios. Para que fique uma marca que mostre às gerações futuras e à história que não queriam compactuar com a farsa.

Se os homens do governo insistirem que os fatos já foram apurados, terão uma vitória de Pirro. A sociedade responderá com descrença e indignação. Descrença da palavra dos governantes; indignação diante da tentativa de tomar a todos por beócios. À aparente unanimidade oficial opor-se-á a barreira silenciosa mas eficaz de um povo cansado de politicalha, mas pronto a acompanhar, nas urnas e quem sabe se nas próprias ruas, quem esteja disposto a mostrar na prática que a ética é dimensão inseparável da verdadeira política.

TEMOS REI?⁴¹

Ontem tomou posse da Presidência quem de direito. Parece incrível que ninguém no País — nem nos mais empedernidos escaninhos da oposição — lembrou-se de questionar a legitimidade de um vice-presidente escolhido pelas mesmas regras e forças que ungiram o Presidente-titular...

Bom sinal. Menos do que o apego ao passado, começamos a sentir a possibilidade de um futuro. Futuro que será difícil, sem dúvida, e que não se construirá na tranqüilidade, por mais que se queira.

Ajuda pouco, neste momento, especular os dias do vazio de poder que mediarão entre o enfarte do general Figueiredo e a posse do novo Presidente. É possível que muita negociação nos bastidores haja ocorrido. Mas o que importa, neste momento, é o resultado: por fim um civil assume a Presidência por dois meses, pelo menos, e sem que tenha ocorrido ruptura institucional.

Até aqui, o óbvio. Por certo dá para imaginar que se o general Figueiredo não puder reassumir no prazo indicado por motivos que, do ângulo humano, ninguém deseja, de novo as bruxas estarão soltas.

Soltas, mas meio perdidas. O País inteiro está cansado de tropelias. A repulsa geral ao episódio do Riocentro e o desgaste para o governo da solução ao arrepio da verdade são provas disto. Toda gente sente que é preciso dar uma guinada para que possamos sair das crises sucessivas, de confiança, da economia e da

⁴¹ *Folha de São Paulo*, 24 de setembro de 1981.

própria sociedade. Os azares da história devolveram a chance de ação à sociedade civil. São necessários prudência, firmeza, entendimento e leme firme no rumo da democracia.

Hoje importa pouco saber o conteúdo do novo manifesto do Sr. Jânio Quadros, cujo comprometimento com as palavras dura o tempo de uma viagem de ida e volta à Europa. Faz pouco tempo acusava o descabro do governo e bramava oposição; agora acusa esta última de causadora do enfarte presidencial. Que vá para o PDS ou fique nalguma oposição desavisada que o receba: não é por este passe de mágica que se define o futuro do País. Eu ousaria até dizer que mesmo a repetição da crítica aos casuísmos e a torpe insistência do governo neles se apequenaram diante do desafio que temos e da oportunidade que se abre.

Falta um gesto. Dirão que o presidente Figueiredo estava de mãos estendidas e ninguém (ou quase ninguém) seguiu seu gesto. Mas é diferente agora. Há sinais visíveis de que a normalização institucional caminha. E o vice Aureliano se opôs abertamente aos casuísmos da sub-legenda e a alguns desatinos da política econômica. Não espero dele gesto algum: seria suicídio institucional arvorar-se já em rei. Ainda não temos rei.

Por isso, porque de alguma maneira, na cúpula do Estado — e da Revolução de 1964 — há espaços vazios, cabe à sociedade e aos partidos construir um roteiro para a democratização. Insisto no ponto de sempre: que os presidentes dos partidos — de todos eles — juntem-se para propor à Nação os passos que nos permitam sair do buraco. Que o Congresso respalde e a sociedade civil, a começar pela Igreja, mas sem esquecer dos sindicatos e da Universidade, se imbua de grandeza para que se possa restituir, de fato, a soberania política ao povo. Só assim 1982 será o ano da transição e todos os que acreditam que é isto o que deseja o general Figueiredo (a despeito de como aja a “comunidade de informações”) estarão prestando a ele uma homenagem e ao País um serviço.